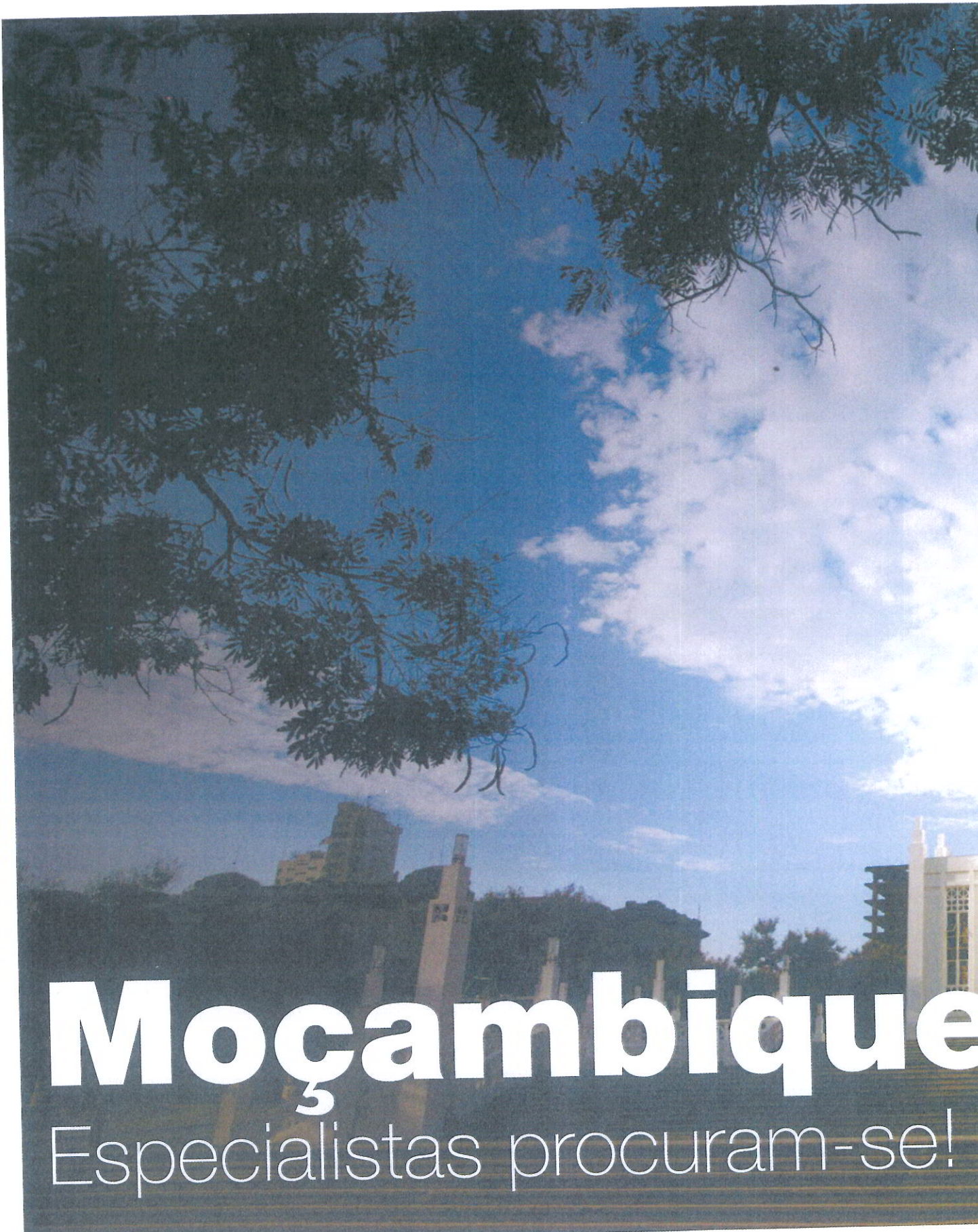


Q

QUEM é QUEM

**ADVOGADOS
EM ANGOLA
E MOÇAMBIQUE**

**SOCIEDADES
PORTUGUESAS**
apostam no crescimento
económico de África




Moçambique

Especialistas procuram-se!

Em menos de uma década, o mercado moçambicano criou e começou a amadurecer uma estrutura jurídica que tem ainda um longo caminho a percorrer. Hoje, “o mercado da advocacia está a passar por uma fase de transição e de grandes mudanças”, explica Nuno Morais Sarmiento, advogado da PLMJ. “Com o fim da guerra civil, em 1992, e a estabilização política, o ambiente de negócios foi melhorando aos poucos, carecendo as entidades públicas nacionais bem como as empresas nacionais e estrangeiras de apoio jurídico mais permanente”, diz o ex-ministro.

Esta situação tem gerado claras oportunidades para as empresas, mas também para a advocacia, assim como crescentes desafios. Ana Rita Campos, Head of Business para Moçambique da VdA, destaca o “acompanhamento permanente e aprofundado da lei, regulamentos e jurisprudência e das novidades legislativas e regulamentares, de modo a prestar serviços jurídicos profissionais, de qualidade, com a especialização adequada à procura”, como desafio fundamental para os advogados naquele país.

No entanto, estes desafios podem também ser encarados como oportunidades. “Com a devida formação técnica, existem inúmeras oportunidades para actuar nos sectores de maior relevo para economia. Mas sendo um país com poucos advogados per capita, as oportunidades surgem nas mais variadas áreas de actuação”, assegura Paula F. Rocha.

Diogo Xavier da Cunha deixa, contudo, um alerta: “Advogados estrangeiros que queiram trabalhar em projectos relacionados com Moçambique têm que encontrar o colega moçambicano certo para o aconselhamento local pretendido. Depois têm que manter uma relação profissional que seja sã, franca, leal, de respeito e cooperação mútua e de entajuda e partilha de conhecimento e benefícios. Sem bom senso e uma boa compreensão da realidade local é muito fácil errar nestes aspectos essenciais”. 

Investir sem o perigo da saturação

Com a economia a crescer a dois dígitos e a exploração dos recursos naturais longe de esgotada, Moçambique é hoje um mercado cobiçado pelas principais firmas portuguesas de advogados.

É uma terra rica em recursos naturais, com cerca de dois mil quilómetros de costa, que atingiu nos últimos cinco anos uma estabilidade que a torna apetecível para investir. A economia cresce próximo dos 10%, não existem sectores em saturação e, à semelhança do que acontece em países mais desenvolvidos, o sector dos serviços vale quase 40% do PIB.

O panorama actual resulta essencialmente das reformas introduzidas “que tornaram as economias africanas mais competitivas, tornando-as melhor preparadas para enfrentar a crise económica e financeira global do que o estariam há uma década atrás”, lembra Nuno Morais Sarmiento, advogado da PLMJ. E exemplifica: “A inflação foi com sucesso reduzida para apenas um dígito, as reformas fiscais, incluindo a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado e a reforma dos serviços alfandegário, optimizaram as receitas fiscais do Estado”.

As medidas avançadas pelo Governo moçambicano visaram, também, a atracção de investimento estrangeiro e o reforço de parcerias comerciais privilegiadas com países como a África do Sul, Portugal, Bélgica e Espanha.


No entanto, os impactos das reformas conduzidas pelo Estado não se têm apenas verificado ao nível económico. “No acesso à justiça pelos cidadãos mais carenciados, por exemplo, várias medidas têm sido tomadas no sentido de aproximar cada vez mais o cidadão da justiça, seja através da redução de obstáculos financeiros, seja através de uma maior consciencialização dos seus direitos e do papel das instituições do Estado, designadamente na luta contra práticas corruptivas”, explica o sócio da PLMJ.

Ao nível empresarial, o panorama de Moçambique tem, também, evoluído nos últimos anos. “O mercado moçambicano

conta com a presença de multinacionais de renome, bem como um grande número de empresas nacionais com bastante sucesso. Trata-se de um mercado bastante dinâmico, existindo apetência à abertura de novos negócios e onde não existe saturação de mercado em sector algum”, refere Paula F. Rocha, advogada da Ferreira Rocha & Associados, parceira da Abreu Advogados em Moçambique. A advogada lembra que a estabilidade económica que o país atingiu dá aos investidores maior segurança na hora de aplicar o seu dinheiro.

Diogo Xavier da Cunha, sócio da Miranda Correia Amendoeira & Associados, destaca a procura de serviços jurídicos por parte das empresas como um sinal de progresso. “Ao nível empresarial, pode dizer-se que há desde multinacionais a pequenas empresas familiares, mas as que procuram estes serviços são mais as de média e grande dimensão”.

“Um ambiente de negócios cada vez mais atractivo e incentivador de novas empresas e investimento estrangeiro” é a forma como Ana Rita Campos, Head of Business para Moçambique da VdA, descreve o sector empresarial moçambicano. A advogada refere ainda a importância da banca no desenvolvimento da economia, bem como as oportunidades que serão criadas com as privatizações previstas para certos sectores económicos.

É de salientar, ainda, a tendência de crescimento a níveis próximos dos 10% que, ao que tudo indica, será para continuar. Ao nível dos sectores, o mineiro, o energético e o turismo são os que mais se têm destacado nos últimos anos, perspectivando-se fortes investimentos em infraestruturas necessárias ao desenvolvimento dos mesmos. 



Bloqueio a advogados estrangeiros trava desenvolvimento do país

Tal como aconteceu com a entrada de sociedades estrangeiras em Portugal, em Moçambique o mercado beneficia com o 'know-how' internacional.

A abertura do mercado moçambicano a advogados estrangeiros resultaria numa maior competitividade e modernização da actividade. Contudo, os entraves que ainda existem estão a contribuir para uma transformação mais lenta do sector jurídico. “Existe uma falta de regulamentação nesta matéria, assim como na criação do regulamento das sociedades de advogados, que, a meu ver, impedem um maior e mais rápido desenvolvimento da advocacia em Moçambique”, salienta Nuno Morais Sarmento, sócio da PLMJ. O advogado lembra o que aconteceu em Portugal há alguns anos: “A entrada de sociedades de advogados espanholas e inglesas veio agitar e modernizar o mercado tornando-o mais competitivo”. Mas, apesar da situação actual, Moçambi-

que e o Governo moçambicano têm levado a cabo uma forte política de incentivos ao investimento privado, para captar cada vez mais a atenção dos investidores estrangeiros. “A Advocacia moçambicana não pode e não deverá deixar de acompanhar esse movimento sob pena de estar ela própria a criar entraves ao seu desenvolvimento e do próprio país. Essa modernização e abertura constituem o grande desafio para os próximos anos”, reforça Nuno Morais Sarmento. Opinião partilhada por Paula Duarte F. Rocha, Sócia Gerente da Ferreira Rocha & Associados, sociedade parceira da Abreu Advogados em Moçambique. “Existe, de momento, uma grande discussão em torno destes requisitos, com algumas vozes a sugerirem uma maior abertura e/ou a



Foto Mike D Kock/Getty Images

1

Estar inscrito na Ordem dos Advogados de Moçambique

Para requerer a inscrição na Ordem dos Advogados, os candidatos deverão comprovar a sua Licenciatura em Direito. A regra é que esta licenciatura seja obtida numa universidade moçambicana. Contudo, podem também requerer a sua inscrição como advogado estagiário os licenciados em direito numa universidade estrangeira que tenham sido previamente objecto de equivalência oficial.

2

Ser cidadão moçambicano

Tal como acontece noutros países, a cidadania é um dos requisitos para inscrição na Ordem dos Advogados e consequente exercício da advocacia. Contudo, em Moçambique, os estrangeiros diplomados por uma faculdade de direito local podem inscrever-se na Ordem, nos mesmos termos dos moçambicanos. Ainda hoje, quase todos os advogados estrangeiros são portugueses e, muitos deles, estão inscritos na Ordem dos Advogados ao abrigo do Protocolo de Cooperação entre as Ordens de advogados de Moçambique e Portugal, primeiro suspenso e depois substituído, a 2 de Novembro de 2009, pelo actual protocolo que já não prevê a inscrição de advogados estrangeiros. "Portugal tem, ainda hoje, um acordo de cooperação judiciária com Moçambique que permite, de forma recíproca, o patrocínio judiciário dos advogados de um país perante os tribunais do outro, mas há já vários anos que a inscrição de advogados portugueses junto da OAM tem sido impossível", completa Diogo Xavier da Cunha, Sócio da Miranda Correia Amendoeira & Associados.

3

Licenciatura em Direito por uma universidade moçambicana

Por norma, apenas os licenciados em universidades moçambicanas podem exercer actividade jurídica em Moçambique, seja qual for a sua nacionalidade. Contudo, os advogados estrangeiros diplomados por qualquer faculdade de direito dos respectivos países, podem inscrever-se na Ordem desde que haja acordos governamentais que estabeleçam regime de reciprocidade e desde que satisfaçam os requisitos estipulados por aquela instituição. Contudo, neste caso, os advogados não poderão eleger nem ser eleitos para os órgãos da Ordem.

4

Completar um estágio com a duração de dois anos

O estágio divide-se em três períodos distintos: o primeiro, com a duração de três meses, e o segundo de nove meses, tendo o terceiro a duração de um ano. O primeiro período do estágio destina-se a um aprofundamento de natureza prática dos estudos ministrados na universidade e ao relacionamento com as matérias directamente ligadas à prática da advocacia. O segundo destina-se a uma apreensão da vivência da advocacia através do contacto pessoal com o normal funcionamento de um escritório de advocacia, dos tribunais, de outros serviços relacionados com a aplicação da justiça e do exercício efectivo dos conhecimentos previamente adquiridos. Por fim, o terceiro período do estágio consiste na prestação obrigatória do serviço cívico em instituição apropriada no qual o advogado, mediante salário pago pelo Estado, concede a assistência jurídica gratuita a pessoas economicamente mais desfavorecidas.

celebração de acordos de reciprocidade". Até 2009, estes acordos existiam, por exemplo, com Portugal. Contudo, com a sua suspensão há dois anos, a situação caiu numa indefinição que, até ao momento, continua por clarificar.

No que se refere a regras para o exercício da actividade jurídica, a situação de Moçambique é semelhante à de grande parte de outros países. Para exercer advocacia é necessário estar inscrito na Ordem dos Advogados moçambicana, ser cidadão local ou ter estudado numa universidade do país. Cumpridos estes requisitos, o advogado necessita de realizar um estágio com a duração de dois anos, dividido por três períodos de aprendizagem distintos. **Q**

Moraís Sarmento

é ex-ministro da Presidência, sócio da PLMJ e um profundo conhecedor do mercado moçambicano.



Foto Paulo Alexandre Coelho

“DOTADA DE RICOS E ABUNDANTES RECURSOS NATURAIS, A ACTUAL ECONOMIA MOÇAMBIcana POSSUI UM ENORME POTENCIAL.”

“Moçambique tem feito reformas significativas”

Que retrato faz da economia e das empresas em Moçambique?

O Governo de Moçambique tem levado a cabo reformas significativas nos anos mais recentes. À semelhança de outros países da África Subsariana, estas reformas, combinadas com um ambiente externo favorável, têm representado meia década de consideráveis taxas de crescimento. Dotada de ricos e abundantes recursos naturais, a economia actual Moçambicana possui um enorme potencial.

Que sectores destacaria?

Dois exemplos: o turismo e o desenvolvimento de infra-estruturas que contribuem cada vez mais para o crescimento económico do país.

Quais são os seis sectores-chave de Moçambique para a advocacia?

Economias como a moçambicana suportam o seu crescimento através do desenvolvimento de projectos de infra-estruturas públicas significantes, como a construção de portos, estradas, centrais de energia, etc. Existem

ainda outras áreas como a energia, o turismo e a agricultura.

Qual o papel das sociedades portuguesas nestes países?

Uma característica importante da estratégia nacional de Portugal foi manter sempre os seus laços históricos, em particular com os países que falam português: Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique.


Como tem a PLMJ explorado esse “património” comum?

A PLMJ tem implementado uma Rede Internacional para reforçar a assistência jurídica aos seus clientes nos estados da CPLP de elevado interesse para a realização de investimentos cruzados, projectos estratégicos e operações de internacionalização. Através de parcerias com sociedades de advogados locais, líderes nesses mercados internacionais ou através da criação de estruturas logísticas em cada uma dessas jurisdições, sempre com profissionais habilitados a prestar serviços jurídicos nessas jurisdições.

Do ponto de vista do cliente como funciona essa rede internacional?

Garantimos a assistência ao cliente em qualquer país que se encontre coberto pela PLMJ International Legal Network (Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Macau, Roménia, Polónia, República Checa, Áustria) através de profissionais locais que compartilham com PLMJ os mesmos princípios e valores de excelência e qualidade de prestação de serviços jurídicos.

E no caso concreto de Moçambique?

Em estreita cooperação internacional com advogados de excelência integrados no escritório GLM. Dispomos ainda de oito advogados especializados que integram a PLMJ Africa Desk, localizada em Lisboa, que actua em estreita cooperação internacional com os advogados que se encontram estabelecidos em Maputo para dar sequência, no território, a toda a assistência de que os nossos clientes careçam em Moçambique. 



Dr. Nuno Cabeçadas, advogado da Miranda Correia Amendoeira & Associados

“Tendo vivido e trabalhado seis anos em Moçambique, e continuando ainda a acompanhar vários assuntos nesta jurisdição, sempre me pareceu que o principal desafio e, ao mesmo, factor de motivação reside no carácter inovador, por vezes mesmo pioneiro, das soluções jurídicas que é necessário gizar para o enquadramento de boa parte dos projectos e transacções que têm lugar no país. Julgo que a necessidade de inovar e testar novos modelos tender-se-á a acentuar com a abertura da economia e desenvolvimento sócio-económico de Moçambique e consequente surgimento de trabalho jurídico em áreas até aqui pouco exploradas, como o mercado de capitais, as parcerias público-privadas, os financiamentos estruturados ou as privatizações das grandes empresas públicas”.



Bruno Xavier de Pina, Associado Sênior PLMJ. ÁfricaDesk

“O principal desafio e chave do mérito para advogar numa base internacional é conseguir ‘saber estar nas necessidades dos clientes nesses mercados’. Isso requer articulação efectiva e funcional entre os vários escritórios, estar actualizado quanto às práticas locais e conseguir colocá-las ao serviço dos clientes, à sua medida, seja esta local ou internacional. Prestar serviços em assuntos africanos requer persistência e saber respirar aos vários tempos de África. Requer investimento pessoal, ter-se regras definidas e saberestar nas

regras dos diferentes mercados com o máximo profissionalismo”.



Tomás Timbane, Advogado GLM, Gabinete Legal Moçambique, parceiro da PLMJ

“O exercício da advocacia em Moçambique é estimulante e exigente, exigindo soluções inovadoras. Nos dias de hoje, com a crescente internacionalização da economia moçambicana, o recurso à advocacia de nível internacional é uma realidade incontornável.”



Dr.ª. Susana Pinto Coelho, advogada da Miranda Correia Amendoeira & Associados

“A dinâmica do ambiente de negócios e o acompanhamento de projectos de investimento com impacto directo na melhoria das condições sócio-económicas locais são, por si só, factores de motivação indiscutíveis. É um privilégio poder, de alguma forma, contribuir para a transformação de um país em desenvolvimento.

Os desafios são constantes em jurisdições em processo de reforma. A inexistência de regulamentação e/ou a inexperiência em alguns sectores são algumas das dificuldades comuns só ultrapassáveis mediante colaboração permanente com as autoridades e uma cooperação efectiva com colegas locais. Contudo, factores como a língua, a afinidade cultural e a natural proximidade do sistema jurídico, permitem às sociedades de advogados portuguesas assumir um papel de relevo no acompanhamento de

investidores estrangeiros, bem como na implementação de parcerias com escritórios locais e na formação de colegas moçambicanos. A experiência internacional das sociedades de advogados portuguesas e a colaboração próxima entre as Ordens dos Advogados de ambos os países, nomeadamente ao nível da formação, pode vir a revelar-se fundamental para o desenvolvimento de mais escritórios moçambicanos de maior dimensão e com capacidade para dar resposta às cada vez mais exigentes necessidades de clientes globais”.



Ana Rita Almeida Campos, Head of Business para Moçambique na VdA

“A prestação de assessoria jurídica a investidores nacionais e estrangeiros, numa economia em permanente e sustentado crescimento (8% em 2010), como é o caso da de Moçambique, consubstancia um enorme desafio, com grande potencial de desenvolvimento, nomeadamente em sectores chave da economia e em projectos de grande dimensão, com grande impacto na vida do país e na melhoria de vida da sua população”.



Alexandre Magno Rodrigues, Associado PLMJ. ÁfricaDesk

“Ao contrário do que algumas ideias preconcebidas e generalizadas fazem crer, trabalhar com o mercado angolano exige diligência e cuidados reforçados. É um mercado exigente, em todas as áreas do Direito e sectores de actividade. Alcançar o sucesso neste mercado é sinónimo

de distinção, para isso é preciso fazer e oferecer melhor, com inovação e rigor”.



Ana Cláudia Rangel, Associada Sénior da Raposo Bernardo & Associados

“Para quem, como eu, nasceu em Angola, constitui um enorme prazer sentir que também o mercado legal está a acompanhar o fortíssimo impulso de crescimento e de desenvolvimento que toda a economia e a sociedade angolana estão a sentir.”



Nuno Chaves Frota, Advogado GLA, Gabinete Legal Angola

“A advocacia num país com níveis de desenvolvimento surpreendentes exige dedicação a 100% aos assuntos e clientes, independentemente de tratarmos questões de Direito Comercial, IDE, Petróleo & Gás ou Direito Mineiro. A advocacia angolana actual quer-se eficiente, capaz de responder em tempo útil, dedicada enão menos importante, virada “àl’internationale”



Cláudia Santos Cruz, advogada da AVM Moçambique

“Nasci em Moçambique, vivi durante 12 anos no país vizinho, África do Sul, e exerci como advogada durante 15 anos no

Reino Unido. Sinto-me privilegiada por, após mais de 20 anos, ter a oportunidade de regressar a este continente para fins profissionais (...). Sinto que posso acrescentar algo àquilo que tem vindo a ser feito neste país. Contudo, é preciso notar que não se deve jamais tentar impor as nossas práticas, ao invés, a motivação encontra-se em prestar um serviço internacional de excelência, adaptando cada passo, bem como as expectativas do cliente à forma como a actividade é exercida localmente. Tal, mais do que uma motivação, revela-se frequentemente um verdadeiro desafio”.



Sílvia Espírito Santo, Advogada GLA - Gabinete LegalAngola

“O desafio é fazer evoluir o modo de actuar e a forma de olhar a profissão, elevando a prática em Angola aos padrões internacionais, com serviços jurídicos prestados por Advogados Angolanos que tenham o mesmo padrão de profissionalismo e qualidade que se encontraria em qualquer outra jurisdição.”



Francisco Amaral, Head of Business & Practice / Angola, Vieira de Almeida & Associados

“A prestação de assessoria jurídica a empresas angolanas e a investidores internacionais em Angola, representa uma possibilidade singular de contribuir e de participar no desenvolvimento económico e social de um país que a curto prazo constituirá um exemplo de crescimento sustentado e de afirmação internacional”



Nelson Raposo Bernardo, Sócio da Raposo Bernardo & Associados

“As parcerias constituem um modo mutuamente vantajoso de exportação de know how, tecnologia e experiência, por parte das sociedades de advogados portuguesas, e que as sociedades de advogados angolanas têm aproveitado com muito interesse e empenho.”



Paulo Antunes, advogado da Paulo Antunes & Associados de Angola, parceira da VdA

“A paz inaugurou em Angola uma era de crescimento impar em todas as áreas e o exercício da advocacia não fugiu a esta regra. A gradual consciência dos cidadãos e das empresas dos seus direitos abriu um novo mercado até então residual. Todavia o desafio que se nos depara é exigente, até porque temos de responder, com competência e rigor, a muitas realidades novas num curto espaço de tempo, necessariamente queimando etapas. Neste sentido, a parceria com a VdA aporta real valor ao nosso escritório pela qualidade técnica, know how e experiência de anos, que vem acrescentar em áreas específicas e inovadoras do direito, mas também pela forte aposta que se propõe fazer na formação dos nossos jovens advogados. Mantendo absoluta independência e autonomia e um total compromisso com o ordenamento jurídico Angolano conferimos também, com esta ligação, capacidade de resposta às necessidades de internacionalização quer dos nossos clientes quer dos clientes da VdA, colocando à disposição destes toda a nossa experiência, presença e conhecimento do mercado Angolano”.

GLA

Gabinete Legal Angola



ÁREAS DE ACTUAÇÃO PREFERENCIAIS

- ▶ Arbitragem e Contencioso
- ▶ Bancário, Financeiro e Seguros
- ▶ Contratos Comerciais e Internacionais
- ▶ Comércio Internacional
- ▶ Consumo e Distribuição
- ▶ Direito Administrativo e Contratação Pública
- ▶ Direito Societário
- ▶ Energia e Recursos Naturais
- ▶ Fiscal
- ▶ Imobiliário e Construção
- ▶ Investimento Estrangeiro
- ▶ Laboral
- ▶ M&A
- ▶ Media e Publicidade
- ▶ Mercado de Capitais
- ▶ Parcerias Público-Privadas
- ▶ Projectos e Infraestruturas
- ▶ Telecomunicações e TI
- ▶ Turismo, Serviços e Lazer

CONTACTOS


Morada: Edifício Escom Piso 13,
Fracção B. Rua Marechal Brós
Tito, 35-37, Piso 13
Luanda, Angola
Tel.: T. +244 222 441 655 /
+244 222 441 514
Fax: +244 222 443388
E-mail: geral@gla-advogados.com
Site: www.gla-advogados.
com/pt/

GLA GABINETE LEGAL ANGOLA
ADVOGADOS

PLMJ
INTERNATIONAL
LEGAL NETWORK

ANGOLA • BRAZIL • CAPE VERDE • CHINA
MACAO • MOZAMBIQUE • PORTUGAL

O GLA é um Gabinete de Advogados que reúne um conjunto de profissionais Angolanos de excelência que exercem a sua actividade em Angola e para Angola, em estrito cumprimento das regras profissionais e deontológicas da Ordem dos Advogados de Angola. Os Advogados do GLA têm diferentes áreas de especialização e níveis de senioridade, possuindo experiências académicas e profissionais em Angola e em outros países, o que lhes faz dispor de uma perspectiva internacional da Advocacia e uma capacidade ímpar de prestar assistência jurídica especializada nas mais variadas áreas do Direito e Sectores de Actividade. A

visão internacional e capacidade de actuar de acordo com os mais elevados padrões de exigência, ética e rigor são as marcas distintivas dos advogados do GLA, que assessora empresas nacionais e internacionais nas suas actividades em Angola e em operações de internacionalização fora de Angola. Os profissionais do GLA são membros da "PLMJ International Legal Network", uma rede internacional de profissionais independentes em diversas jurisdições, tais como Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Macau, Moçambique e Portugal, com o intuito de potenciar sinergias e capacidade de resposta às mais variadas solicitações dos Clientes. 

ADVOGADOS

Sílvia Espírito Santo

- ▶ Contratos
- ▶ Direito Societário
- ▶ M&A
- ▶ Investimento Estrangeiro
- ▶ Telecomunicações e Media

Nuno Chaves Frota

- ▶ Projectos
- ▶ Comércio Internacional e Exportações, Investimento Estrangeiro
- ▶ Petróleo e Gás

Neusa Melão Dias

- ▶ Direito Societário
- ▶ M&A
- ▶ Direito do Trabalho
- ▶ Contencioso Judicial e Arbitral
- ▶ Direito da Família e Sucessões
- ▶ Investimentos Estrangeiro e Contratos internacionais

Eduardo Filipe Ferreira

- ▶ Direito Societário
- ▶ M&A
- ▶ Investimento Estrangeiro

- ▶ Contratos Internacionais
- ▶ Direito Marítimo e dos Transportes
- ▶ Direito do urbanismo

ESTAGIÁRIOS

Helga Candeias
Resende Soares
Ducécio Fernandes

PLMJ

Sociedade de Advogados, RL



ÁREAS DE ACTUAÇÃO PREFERENCIAIS

- ▶ Arbitragem
- ▶ Contencioso
- ▶ Corporate / M&A
- ▶ Direito Comunitário e Concorrência
- ▶ Direito da Energia e Recursos Naturais
- ▶ Direito Fiscal
- ▶ Direito Penal e Contraordenacional
- ▶ Direito Público
- ▶ Financeiro e Bancário
- ▶ Imobiliário
- ▶ Mercado de Capitais
- ▶ Projectos
- ▶ Propriedade Intelectual, Marcas e Patentes
- ▶ Reestruturações e Insolvências
- ▶ Telecomunicações e TI
- ▶ Trabalho

PLMJ
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL

PLMJ
INTERNATIONAL
LEGAL NETWORK

ANGOLA • BRAZIL • CAPE VERDE • CHINA
MACAO • MOZAMBIQUE • PORTUGAL

A PLMJ é uma Sociedade de Advogados líder em Portugal e afirmou-se como uma referência da Advocacia nacional pelo seu dinamismo, capacidade de inovação e qualidade dos seus serviços. Somos um escritório “full service” e multidisciplinar, com mais de 40 anos de experiência e uma equipa ímpar, que aposta na especialização e cobre todas as áreas do Direito. PLMJ conta com uma “Africa Desk” que agrega um conjunto de Advogados especializados em transacções internacionais com conexão com jurisdições Africanas, os quais possuem uma capacidade ímpar de assessorar internacionalmente os Clientes na execução de investimentos nos países Africanos, com especial enfoque em

Angola, Moçambique e Cabo-Verde e, ainda, Clientes investidores provenientes destas jurisdições nos seus investimentos em Portugal e na Europa. Em poucos anos PLMJ construiu uma sólida rede de parcerias internacionais (PLMJ International Legal Network) de profissionais independentes em diversas jurisdições, com o intuito de potenciar sinergias e capacidade de resposta às mais variadas solicitações dos Clientes. Esta rede está presente nos principais mercados lusófonos, em particular em Angola, Moçambique, Brasil e Macau, e também nos principais mercados de destino de investimentos portugueses, nomeadamente nos países de Centro e Leste Europeu e na China.

CONTACTOS

SEDE

Morada: Edifício Eurolex,
Avenida da Liberdade, 224
1250-148 Lisboa
Tel.: +(351) 21 319 73 00
Fax: +(351) 21 319 74 00
E-mail: plmjlaw@plmj.pt
Site: www.plmj.com
www.plmjnetwork.com.pt/

ESCRITÓRIO PORTO

Morada: Rua S. João de Brito,
605-E, 1º – 1.2,
4100-455 Porto
Tel.: +(351) 22 607 47 00
Fax: +(351) 22 607 47 50
E-mail: plmjlaw@plmj.pt

ESCRITÓRIO FARO

Morada: R. Pinheiro Chagas, 16
- 2º Drtº
8000-406 Faro
Tel.: +(351) 289 88 76 30
Fax: +(351) 289 88 76 39
E-mail: plmjlaw@plmj.pt

SÓCIOS COORDENADORES AFRICA DESK

Luís Sáragga Leal
(Presidente do Conselho
de Administração PLMJ)

- ▶ Corporate / M&A
- ▶ Projectos

**Tiago Mendonça
de Castro**

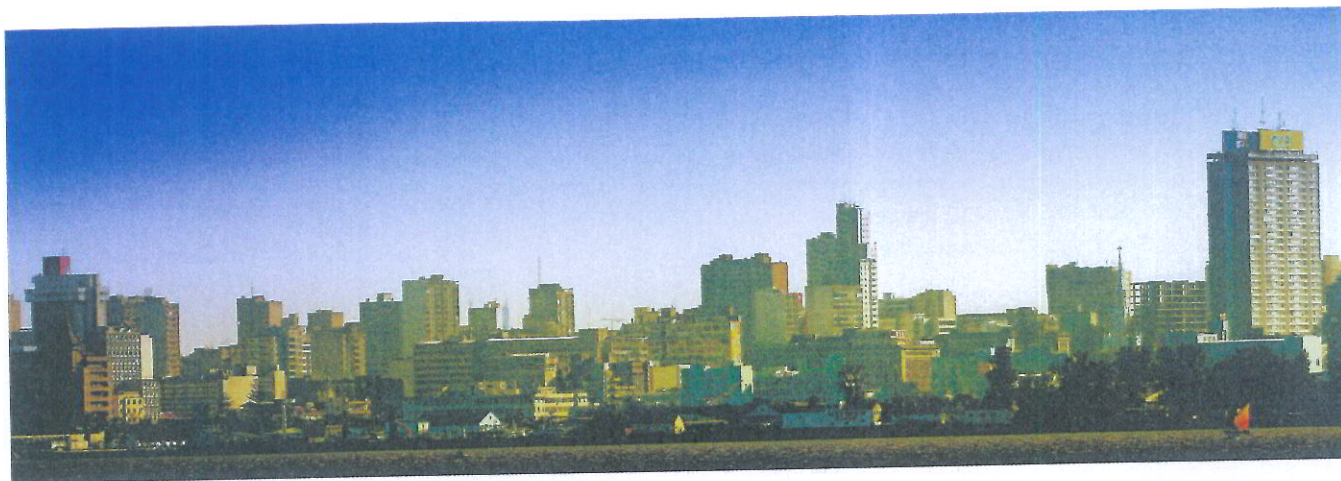
- ▶ Imobiliário
- ▶ Centros Comerciais e Retail Parks
- ▶ Retailho

Sónia Teixeira da Mota

- ▶ Financeiro e Bancário
- ▶ Mercado de Capitais
- ▶ Corporate Governance

GLM

Gabinete Legal Moçambique



ÁREAS DE ACTUAÇÃO PREFERENCIAIS

- ▶ Arbitragem e Contencioso
- ▶ Banca e Instituições Financeiras
- ▶ Contratos e Transacções Internacionais
- ▶ Contratação Pública
- ▶ Concessões e Licenciamentos
- ▶ Direito Fiscal
- ▶ Direito Laboral
- ▶ Direito Societário e Comercial
- ▶ Energia e Energias Renováveis
- ▶ Electricidade
- ▶ Imobiliário e Construção
- ▶ Investimento Estrangeiro
- ▶ Mineração e Recursos Naturais
- ▶ Parcerias Público-Privadas
- ▶ Petróleo e Gás
- ▶ Projectos e Infraestruturas
- ▶ Seguros
- ▶ Serviços
- ▶ Turismo e Eco-turismo

CONTACTOS

Morada: Edifício Millenium Park, Torre A, 6º Andar Dtº., Avenida Vladimir Lenine, n. 179
Instalações Provisórias: Rua Comandante Augusto Cardoso, n.º 363, 1º, 3 Maputo, Moçambique
Tel.: +(258)823018695/
+(258)823571533/
+(258)820280970
Fax: + (258)21303723
E-mail: glm.geral@glm-advogados.com
Site: www.glm-advogados.com


GLM

GABINETE LEGAL MOÇAMBIQUE
ADVOGADOS

O GLM - Gabinete Legal Moçambique reúne um conjunto de Advogados Moçambicanos de excelência e com profundo conhecimento do mercado de advocacia local, e com uma cultura jurídica de âmbito internacional. Esta equipa tem em comum o firme interesse e a satisfação de exercer a sua actividade em Moçambique e para Moçambique. A equipa de profissionais que integra o GLM é composta por vários Advogados com diferentes áreas de especialização, forte experiência na prestação de serviços jurídicos especializados que aportam elevada competência em prol dos melhores resultados para os Clientes. Através desta equipa o GLM pre-

PLMJ INTERNATIONAL LEGAL NETWORK

ANGOLA • BRAZIL • CAPE VERDE • CHINA
MACAO • MOZAMBIQUE • PORTUGAL

tende marcar a diferença, combinando os mais elevados padrões profissionais e empenho para superar os objectivos traçados pelos Clientes, com uma capacidade ímpar para prestar serviços da maior qualidade, em observância das regras éticas e levando a cabo acções de responsabilidade social. Os profissionais do GLM são membros da "PLMJ International Legal Network", uma rede internacional de profissionais independentes em diversas jurisdições, tais como Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Macau, Moçambique e Portugal, com o intuito de potenciar sinergias e capacidade de resposta às mais variadas solicitações dos Clientes. 

ADVOGADOS

Tomás Timbane

- ▶ Arbitragem e Contencioso
- ▶ Laboral
- ▶ Corporate/ M&A

Amina Abdala

- ▶ Contratação Publica
- ▶ Turismo
- ▶ Energia
- ▶ Imobiliário

Josina Correia

- ▶ Corporate, Fiscal
- ▶ Contratos e Transacções Internacionais

Tiago Mascarenhas

- ▶ Corporate/ M&A, Contratos e Transacções Internacionais
- ▶ Fiscal

Alfiado Pascoal

- ▶ Arbitragem e Contencioso, Laboral
- ▶ Seguros

ESTAGIÁRIOS

Cátia Ruco

- ▶ Corporate/ M&A
- ▶ Contencioso

Natércia Sitóí

- ▶ Contratação Publica;
- ▶ Corporate/ M&A;

Pascoal Bié

- ▶ Corporate/ M&A
- ▶ Investimento Estrangeiro

PLMJ 
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL
AMPEREIRA, SÁVACA LEAL, OLIVEIRA MARTINS, JÚDICE
E ASSOCIADOS

THINK GLOBAL, ACT LOCAL.

Pensa investir em Angola ou Moçambique?

Se pensa investir em Angola ou Moçambique, é fundamental compreender as especificidades jurídicas destes países, assegurando as melhores decisões para os seus negócios.

Tendo presente as sinergias criadas por uma língua comum, PLMJ construiu uma sólida rede internacional de escritórios e parcerias profissionais nos diversos países da lusofonia, em prol dos nossos Clientes globais.

Oferecemos-lhe um amplo conjunto de profissionais habilitados a prestar serviços jurídicos internacionais especializados, que irão ajudá-lo a encontrar as melhores soluções para conduzir, com toda a confiança e rigor, os seus negócios em Angola e Moçambique.

Os nossos especialistas da *Africa Desk* de PLMJ actuam em estreita cooperação internacional com os escritórios locais da rede, articulando-se em Angola com os Advogados do **GLA – Gabinete Legal Angola**, e em Moçambique com os nossos parceiros do **GLM – Gabinete Legal Moçambique**.

Para mais informações, contacte-nos através de angoladesk@plmj.pt ou mozambiquedesk@plmj.pt.

Construímos Parcerias de Futuro.



PLMJ
INTERNATIONAL
LEGAL NETWORK
MEMBER OFFICES
ANGOLA • BRAZIL • CAPE VERDE • CHINA
MACAO • MOZAMBIQUE • PORTUGAL

GLA 
CABINETE LEGAL ANGOLA
ADVOGADOS

GLM 
CABINETE LEGAL MOÇAMBIQUE
ADVOGADOS